

A *proskynesis* do rei israelita *Yēhû* ao rei assírio *Šulmānu-ašaridu* no “Obelisco Negro”: uma apresentação contextual do relevo

The *proskynesis* of the Israelite king *Yehu* to the Assyrian king *Šulmānu-ašaridu* at the “Black Obelisk”: a contextual depiction of features

El *proskynesis* del rey israelita *Yehu* el rey asirio *Šulmānu-ašaridu* al “Obelisco Negro”: un retrato contextual del relevo

João Batista Ribeiro Santos

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo reconstruir alguns fundamentos estruturais geradores da submissão do rei israelita *Yēhû* ao rei assírio *Šulmānu-ašaridu* no século 9º a.C. Partindo da hipótese de que a campanha no Levante é a política internacional mais importante do império neoassírio, o encontro entre o “grande rei” assírio e o “pequeno rei” israelita deve ser visto como uma demonstração do protagonismo regional do antigo Israel, *Yiśrā’ēl*. Nosso objetivo é demonstrar esse contexto político.

Palavras-chave: Colonialismo; cultura material; antigo Oriente-Próximo; rei Jeú; rei Salmanasar III.

ABSTRACT

This research aims to reconstruct some structural fundamentals Israelite king submission generators *Yēhû* to Assyrian king *Šulmānu-ašaridu* in the 9th century BC. Starting from the hypothesis that the campaign in the Levant is the most important international policy of the Neo-Assyrian Empire, the meeting between the “great King” Assyrian and the “little King” Israelite should be seen as a demonstration of regional leadership of the ancient Israel, *Yiśrā’ēl*. Our goal is to demonstrate this political context.

Keywords: Colonialism; material culture; Ancient Near East; King Jehu; King Shalmaneser III.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo reconstruir algunos fundamentos estructurales generadores de la presentación del rey israelí *Yēhû* al rey asirio *Šulmānu-ašaridu* en el siglo IX a.C. A partir de la hipótesis de que la campaña en el Levante es la política internacional más importante del imperio neoasirio, el encuentro entre el “gran Rey” asirio y el “pequeño Rey” israelí debería considerarse como una demostración de liderazgo regional del antiguo Israel, *Yiśrā’ēl*. Nuestro objetivo es demostrar ese contexto político.

Palabras clave: Colonialismo; cultura material; Oriente Próximo en la Antigüedad; Rey Jehú de Israel; Rey Salmanasar III.

O “Obelisco Negro” de *Šulmānu-ašaridu* (Salmanasar III, 858-824), com datação de 841¹, é um relevo documental da política imperial neoassíria no antigo Oriente-Próximo, com particular importância para os povos semitas do Levante por ser a única arte monumental com iconografia de um rei israelita da época do Primeiro Templo. O obelisco tem recebido pouca atenção de historiadores biblistas, certamente mais pela complexidade do deciframento da escrita cuneiforme, identificação iconográfica e acesso aos seus resultados do que pela sua importância. De início, estabeleceremos o procedimento metodológico.

Para os processos civilizatórios do antigo Oriente-Próximo, mormente siro-mesopotâmico e transjordaniano, o obelisco é altamente significativo. O reino do norte do antigo Israel, *Yisrā’ēl*, atravessa o seu melhor período de desenvolvimento econômico, inclusive com incursões militares externas com ambições estratégicas para um protetorado, em contraste com a insignificância do “reino do Sul”, *Yēhūdāh*; relativamente ao que diz respeito à sua população, sobressai uma multiétnicidade vinculada ao consciente das tradições campesinas. Sendo a incursão assíria achada normal como mais um lance milenar da presença mesopotâmica no Levante, não se pode dizer o mesmo do pronto assentimento pactual por parte do rei *Yēhū* (841-814).

Como ponto-chave, devemos desfazer o mito de que as “sociedades tradicionais” são estáticas e imutáveis; não obstante manterem suas tradições memoriais, normativas, elas apresentam importantes mudanças históricas evolutivas. De acordo com Hobsbawm, as “visões cíclicas de mudança histórica” ao apresentarem uma imagem de imobilidade social não admitem a possibilidade de progresso contínuo naquelas sociedades antigas. Com relação a isto, Hobsbawm (2008, p. 30) alerta acerca do “pensamento conservador”, “historicista” quanto à abordagem dos acontecimentos do passado apegado à retrovisão. Além disso, “em um sentido mais preciso, o processo de comentar textos antigos de valida-

¹ Registrado em The British Museum: ME 118885, Sala 6. Seguimos a datação do hebraísta Herbert Donner e do orientalista K. Lawson Younger, Jr., por ser coerente com o início da tomada do trono por *Yēhū* e o fim da guerra de *Šulmānu-ašaridu* com os aramitas no norte do Levante; diferente do biblista Niels Peter Lemche, que data o obelisco em c. 830. À guisa de informação complementar: “Nosso conhecimento sobre a cronologia mesopotâmica se baseia em listas dos anos dos reinados dos soberanos, em listas de eponímios e listas dinásticas, indicando os nomes dos reis e o número de anos de seus reinados. Porém, estas listas não são confiáveis, pois algumas foram redigidas tardiamente, outras contêm distorções voluntárias, a fim de legitimar um rei que teria usurpado o poder, por exemplo. Cada uma destas listas apresenta um problema de calendário, pois ‘um ano’ do calendário antigo não corresponde à ‘um ano’ do calendário gregoriano. Isto porque não existe nenhuma regra que obrigue um rei à utilizar o mesmo cômputo de cálculo que outro. Tampouco uma mesma cultura ou sociedade emprega o mesmo modelo de contagem do tempo ao longo de sua história” (POZZER, 2013, p. 19).

de permanente ou de descobrir as aplicações específicas da verdade eterna implica um elemento de cronologia (por exemplo, a procura de precedentes)” (HOBBSAWM, 2008, p. 35). Em síntese, o diálogo entre a arqueologia e a pesquisa histórica retoma o testemunho, indispensável para a contextualização.

A prioridade é dada à fonte. Para Le Goff (2012, p. 519), o “dever principal” do historiador é criticar o documento enquanto monumento. Isto deve-se ao fato de que “não existe um documento objetivo, inócuo, primário”, pois

[...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 2012, p. 522).

As indagações com este pressuposto são legítimas, pois a fonte, o documento-monumento descoberto, é uma evidência da história de uma sociedade na qual “nunca ocorria o questionamento sobre a história enquanto tal” (HARTOG, 2013, p. 20). Não havia o contraditório para o que Hobsbawm chamou de literatura de validade permanente nem para o que Hartog (2013, p. 31) chama de “historiografia régia e monumental, tão incontestável quanto simples no seu procedimento”, referindo-se à literatura da Mesopotâmia. Na busca pelo acontecimento ou episódio histórico “reconstruir as sequências de eventos e as personalidades atrás deles permanece reservado ao historiador, enquanto questões de definição cultural e mudança, dentro de um contexto específico e em uma paisagem mais ampla, diz respeito ao arqueólogo” (GATES, 2007, p. 65 [tradução do autor]).² Mas, na divisão de períodos arqueológicos que dizem respeito ao antigo Oriente-Próximo, o pesquisador pode defrontar-se com marcos artificiais; a evidência da situação inferida iconograficamente no relevo é assegurada pela política do império neoassírio.

O termo conceptual *imperium* descreve, a partir de etimologia operada por Cicêrō, a autoridade executiva possuída pelos magistrados romanos, ampliado por Maquiavel aos Estados dominantes (MORRISON, 2009, p. 2). Mesmo que o termo possa ser entendido como recurso semântico – com base na constante reinvenção dos impérios, em cuja origem deve-se contar a apropriação tanto do seu “passado glorioso” quanto de legitimidades que podem parecer evidentes –, a expansão geográfica

² “Reconstructing sequences of events and the personalities behind them remains the preserve of the historian, while issues of cultural definition and change, within a specific context and in a broader landscape, concern the archaeologist” (GATES, 2007, p. 65).

de guarnições, o controle comercial e religioso e a apropriação de bens imutáveis e manufaturados indicam a prática imperial, suas relações e tratos. Quanto às cidades-Estado e impérios mais antigos, as definições de “país” têm terminologias cosmológicas, como o acádio *mâtum*, que tanto designa a unidade política, a grandeza populacional, quanto toda a terra.

As implicações dos limites impõem a reconstrução da cultura material integrada ao estudo das identidades. Conforme pressuposto por Staša Babić (2005, p. 75 [tradução nossa]),

[...] nós temos agora transposto um longo caminho desde a presunção de compartilhamento, tão presente na escrita arqueológica, que estado social é decisiva se não exclusivamente definido por fatores econômicos. Nas obras de Foucault e Bourdieu relações sociais e a desigualdade resultante do estado estão inextricavelmente ligadas com outros valores não econômicos. O Estado é, portanto, conceituado como *socialmente construído* em constante negociação e interação por indivíduos e grupos, tomando formas *culturalmente específicas* dependentes de determinada configuração histórica e geográfica.³

Isso tem possibilitado a descoberta de redes de poder e a interpretação que os povos fazem do seu próprio mundo. A busca desses fatores insere-nos na sociedade e na materialidade das relações nela construídas.

Processualmente, a sociedade é uma dimensão constitutiva da natureza humana e suas normas sedimentam-se conforme o espaço, o tempo e as relações. Assim, o importante esquema evolucionista que projetou na diacronia a oposição entre o mundo coletivista primitivo, fundado nas relações normativas, e o mundo individualista moderno, fundado no contrato social (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 311), contribuiu, sobretudo, para a análise da noção de sociedade e dos contextos, avançando no lastro da dissolução de muitas ideias de caráter ideológico e artificial com base no colonialismo político formal. Desta forma, ficou possível reconstruir a visão política de reis antigos, como a conclusão a que chega Michel (2014, p. 242 [tradução nossa]): “em acomodação dos zoológicos e jardins em torno de seus palácios, os reis assírios manifestam sua vontade de se apropriar, com as espécies importadas, todas as regiões que eles conquistaram e de recriar em sua capital um microcosmo do império”. Posteriormente, fundados nesse programa político, os reis neoassírios encetaram campanhas militares para regiões cada vez mais distantes.

³ “We have now moved a long way from the assumption, so present in archaeological writing, that social status is decisively if not exclusively defined by economic factors. In the works of Foucault and Bourdieu social relations and the resulting inequality of status are inextricably linked with values other than economic. Status is thus conceptualised as *socially constructed* in constant negotiation and interaction by individuals and groups, taking up *culturally specific* forms dependent upon the particular historical and geographical setting” (BABIĆ, 2005, p. 75).



Figura 1: “Obelisco Negro” de Šulmānu-ašaridu. Altura: 197.850 cm; largura: 45.080 cm (Fonte: The British Museum)

Mesmo no caso de conter dados etnológicos lendários nos anais é elucidativo o fato de Šulmānu-ašaridu, por exemplo, anunciar, antes de retornar para as fontes dos rios Tigre (*Hiddeqel*) e Eufrates (*Pērāi*) com seu exército de uma incursão, que havia chegado às margens dos “quatro mares”, a saber, o lago de Van e o lago de Urmia (designados respectivamente como mar Superior e mar Inferior do Nairi), o mar Mediterrâneo e o golfo Arábico-pérsico (MICHEL, 2014, p. 243). Aqui fica evidente que a territorialidade é idealizada de acordo com a apropriação de terras e a submissão de povos. Convém acrescentar o necessário entendimento quanto à diferente forma de espacialidade e à relação entre tempo e

política, implícitas no óbvio fato de os anais ainda não conterem uma história do olhar e da visão.

Com efeito, o mundo é conduzido pelos “grandes reis” – no tempo e espaço abordados, pelo rei assírio – com intervenções militares, por encargo real de posicionar-se internacionalmente ou justificando o apelo de um “pequeno rei” aliado.

De acordo com os números fornecidos pelas inscrições dos reis de Akkad e da Assíria, perdas durante os combates às vezes são importantes. Os corpos dos soldados inimigos sofrem tratamento degradante: eles podem ser mutilados, dispersos ou empilhados para formar um montículo comemorativo da vitória, que dá origem a cerimônias triunfais. Seu progresso pode ser em parte reconstruído de dados textuais e iconográficos da era neoassíria. Os êxitos mais importantes são celebrados na presença da população, nos momentos das festas de ano novo, por uma parada militar e a exposição do despojo e dos prisioneiros (ABRAHAMI, 2014, p. 225 [tradução do autor]).

Nesse contexto político faz sentido inquirir acerca das liberdades individuais e de povos da periferia do mundo antigo. Situamo-nos em uma sociedade – na estrutura mesopotâmica – de “homens” (*awīlum*, homens livres), de uma parte, e, de outra parte, de “escravos” (*wardum* ou *amtum*), com categorias intermediárias independentes do gênero. Roche-Hawley (2014, p. 317) descobriu que nos documentos mesopotâmicos antigos inexistia a ideia mesma de “homens livres” que corresponda à concepção do tempo presente. Para os palacianos a população é composta de servidores (na escrita acadiana a mesma palavra que designa os escravos, assim também na escrita hebraica!), em diversos níveis. Os códigos legais da Idade do Bronze Médio, mormente o de *Eš-nun-na* (c. 1770) e o de *Ḫammu-rābi* (amorrita: *ʿAmmu-rāpi*; c.1750), apresentam uma sociedade dividida em homens, homens do povo (*muškēnum*) e em escravos; um assírio livre desde o nascimento é um *aššurāiu*. É evidente que pode-se analisar outras classificações (cf. ROBERTSON, 2007). Ao que nos diz respeito,

... no Iº milênio, na monarquia absoluta característica do império neo-assírio, todos os indivíduos, qualquer que seja seu estado e suas propriedades, são os servidores do rei (*urdu*). A prova do juramento de vinculação do rei para a população (livre), já comprovada em uma época anterior, se multiplica (ROCHE-HAWLEY, 2014, p. 322 [tradução do autor]).

O sistema imperial da Idade do Ferro emprega variados mecanismos para a manutenção do domínio político, assim como a sistemática exploração econômica. Eis aí o quadro axial dos conflitos sociais e instabilidade nas nações periféricas. Elas começam internamente nas

terras controladas pela autoridade real e pelo templo, os grandes proprietários, com a exigência de serviço e produção de bens aos camponeses e pastoralistas móveis e o consequente aumento do endividamento deles. Nas nações periféricas, como o reino do norte de *Yiśrā'ēl*, os assírios coercitivamente extraíam e transportavam a riqueza e os recursos para as capitais imperiais, ou seja, para as cidades administrativas; as economias locais, e com elas os meios de subsistência e a prosperidade de grande parte da população, eram comumente devastadas.

Embora as assimilações sejam totalitárias, a influência da cultura dominante pode ser atestada nos utensílios de povos semitas do Levante.

Por meio dos anais somos informados que *Šulmānu-ašaridu* empreende campanhas desde 858, ano da sua subida ao trono, até o ano 828. Ele deixou muitos relevos com ilustrações figurativas e textuais, nos quais atesta que avançou os limites deixados por seu antecessor *Ašurnāšir-apli* ou *Aššurnaširpal* (Assurnazipal II, c. 883-859): controlou Kurruri, toda a terra fértil do rio Tigre, a bacia do lago Urmia, desemboca no vale do rio Eufrates; segue para o lago Van e acessa Nairi, transformado em centro político, e unifica toda a região com o nome de Urartu (atualmente Armênia); por essa época, *'Aššûr* (*Aš-šur-ra-a-a-ú*) – nome de antiga cidade-Estado e do deus estatal, e, mais tarde, da civilização – torna-se hegemônica em *Bāb-ilī* (*Babilônia*; sumério: *KÁ.DINGIR.RA*; acádio: *Bab-illa*), em Urartu e no norte do Levante (cf. LIVERANI, 2009a, p. 786-789). É no norte do Levante que o rei assírio trava batalhas envolvendo *Yiśrā'ēl*. Em anais da batalha de Qarqar em 853, na *Sūriyā* (Síria) ocidental, ele menciona “*'Aḥ'āb* o israelita” como seu mais poderoso oponente, informando, com certo exagero, segundo o arqueólogo Amihai Mazar, que o rei israelita *'Aḥ'āb* guerreia contra *'Aššûr* com grande infantaria e muitos carros de guerra. De fato, a coalizão liderada por *'Aḥ'āb* conseguiu deter *Šulmānu-ašaridu* por algum tempo (MAZAR, 2007, p. 162; MAZAR, 2003, p. 387; FINKELSTEIN, 2007, p. 149).

A materialidade mais antiga da monarquia israelita, o “Obelisco Negro” foi escavado em 1846 pelo arqueólogo francês Austen Henry Layard (1817-1894) em Nimrud, a antiga capital assíria *Kalḥu*, no norte do Iraque, e pesquisado pelo clérigo erudito Edward Hincks (1792-1866). O irlandês Hincks reconheceu que o acadiano é uma escrita semita e, conforme pesquisa desenvolvida pelas epigrafistas Brigitte Lion e Cécile Michel (2011, p. 24), foi o primeiro a decifrar a famosa expressão “*Yēhû* filho de *'Omri*”. O tema predominante nas inscrições e relevos do obelisco é a exaltação das conquistas de *Šulmānu-ašaridu*, representada, mormente, pelos dons, rendições reais e relevos com povos capturados.

Yēhû foi um oficial das guarnições da dinastia⁴ fundada por ‘*Omri*’ (885-874) e internacionalizada por seu sucessor ‘*Ah’āb*’ (874-853).⁵ Ele está representado com seu estafe palacial no alto do segundo painel. É sobre isto que a arqueóloga e historiadora da arte antiga Irit Ziffer problematiza e apresenta novos postulados para a pesquisa.⁶ Ziffer destaca que a adoração de *Yēhû* é registrada na parte superior do segundo painel e este mesmo painel superior diz respeito ao tributo de “Sūa de Gilzānu”; além disso, baseia-se tanto no fato de *Gilzānu* localizar-se nas proximidades da bacia do lago Urmia, na parte oriental de ‘*Aššūr*’, e *Yiśrā’ēl* localizar-se no extremo oeste, no mar Mediterrâneo, quanto na representação figurativamente comum dos tributos oferecidos.

Jehu e Sua/Asu são de terras distantes do centro assírio. Eles estão vestidos de forma idêntica, em uma peça de vestuário de manga curta, com franjas prendidas na cintura por um cinto. Até mesmo seu arnês é idêntico. Faltam-lhes quaisquer características específicas para distingui-los um do outro. Sua ajoelha-se e com as mãos tocar o chão perto dos pés do rei em grande humildade. Pairando sobre a figura ajoelhada em ambas as cenas, um disco alado e estrela são justapostos. Certamente isso não pode ser um retrato individual de Jehu, nem sequer um israelita (ZIFFER, 2013, p. 42[tradução do autor]).⁷

Tomando os detalhes do segundo retrato do painel superior, considerado diferente da alta arte praticada na Mesopotâmia e algo semelhante com testemunhos materiais encontrados em *Kuntillet ‘Ajrud* (sítio próximo do cruzamento de duas estradas antigas no deserto do *Sīnāy* (Sinai), uma

⁴ Os termos sumério, *bala*, e acádio, *palû*, usuais para “dinastia” referem-se a ofício temporário ou cargo público; a sequência dinástica é só uma grande instância da ausência de mudança na sucessão.

⁵ À guisa de informação complementar, a tradição bíblica narra que *Yēhû*, inconformado com o sincretismo diplomático oficial, liderou um golpe de Estado sanguinário, com o apoio de grupos proféticos da religião javista de oposição à monarquia, pelo qual findou a dinastia omrida e reinou em *Yiśrā’ēl*. A adoração humilhante ao rei assírio é motivada também pelo enfrentamento com os aramitas (2 Reis 9-10; 13.7-19; cf. ELLIGER; RUDOLPH, Wilhelm (Ed.). *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*. 5. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997; ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Vol. 1: De los comienzos hasta el final de la monarquía. Madrid: Editorial Trotta, 1999, p. 291-294).

⁶ Agradecemos a Profa. Dra. Irit Ziffer, curadora do Museu Eretz Israel, de Tel-Aviv, por nos ter enviado o seu valioso ensaio recentemente publicado.

⁷ “Jehu and Sua/Asu are from lands far from the Assyrian center. They are dressed identically, in a short-sleeved, fringed garment fastened at the waist by a belt. Even their headgear is identical. They lack any specific features to distinguish them from one another. Sua kneels with his hands and beard touching the ground near the king’s feet in great humility. Hovering above the kneeling figure in both scenes, a winged disc and star are juxtaposed. Surely this cannot be an individual portrait of Jehu nor even an Israelite” (ZIFFER, 2013, p. 42).

em direção a 'Élāt e outra cruzando o *Sînāy* de oriente a ocidente), Irit Ziffer aprofunda sua pesquisa no horizonte comparatista, pelo qual chega às minúcias da figura: posição, trajes e cores, os estilos egípcios em *Ma-gi-id* (heb.: *Měgiddô*), decoração mesopotâmica feita com lápis lazuli de 'Ūr *kaśdīm* no Levante, ícones típicos do Oriente-Próximo e murais reais do século 8º a.C. de Til Barsip, no vale do Eufrates, na *Sūriyā*; a arqueóloga busca inclusive no 3º milênio a.C., ou seja, na Idade do Bronze Antigo, indícios e evidências para a fonte do século 9º a.C.

Com base em pesquisa da cerâmica, sua especialidade, Ziffer lembra que os relevos do obelisco são representativos da arte de territórios anexados por 'Aššūr. Por outro lado, a nosso ver, ocupar-se com a possibilidade de os nomes terem sido deliberadamente escolhidos como para um panfleto, por ser o obelisco uma “obra de arte magistralmente propagandística”, é menos contundente. O que já fora demonstrado por nós sobre os anais faraônicos vale também para este caso (SANTOS, 2013). Nem mesmo se a arqueóloga Michelle Marcus e o historiador biblista Nadav Na'aman, citados por Ziffer (2013, p. 42-43), estiverem certos quando afirmam que a seleção de territórios no jogo geográfico, envolvendo também uma seleção de reis vassalos, visa fazer de *Šulmānu-ašaridu* um rei conquistador a dúvida se respalda acima das conexões materiais; em perspectiva, tampouco o problema da identificação se estabelece na possível homofonia entre o assírio *laua* e *la-ú-a* (*Yēhû*), sugerido por Na'aman, pelas frequentes similaridades literárias nas escritas semitas.

Aposto as representações ideológicas, podemos sublinhar com Ziffer (2013, p. 51): a imagem real era *šalam šarrūtiya* (“imagem da minha



Figura 2: O rei Yēhû no detalhe do “Obelisco Negro” (Fonte: Werner Forman/ Art Resource, NY)

atividade real”), o relevo “era a sua imagem oficial, não uma reprodução fisionômica da sua pessoa, mas um retrato do rei ideal e poderoso”. Mesmo para a esfera cultural israelita, a imagem do rei *Yěhû* não corresponde ao *real humano*, mas ao *real ideal* construído de acordo com a arte real monumental: o que mais importa, portanto, é que o significado da imagem fique claro para a população. Ora, Schneider (2014 p. 101) lembra que no obelisco consta que na costa mediterrânea *Šulmānu-ašaridu* recebeu tributo também de *Šūr* (Tiro; acádio: *Šurru*, *Šur-ri*; heb.: *Šōr*) e *Saidoon* (Sidon; acádio: *Ši-du-na*), totalizando cinco relevos visualizados no topo e narrações do tributo de cinco diferentes territórios sob o controle assírio, o que não tem, acrescentamos, uma projeção cartográfica dos terrenos. Em adição, várias pesquisas (LEMICHE, 1998, p. 53; YOUNGER, JR., 2000, p. 269-270, n. 5 e 8) têm dirimido as dúvidas quanto ao fato de tratar-se do rei israelita *Yěhû* e afirmado que a expressão contém designação para o Estado monárquico de *Yiśrā’ēl*. Destarte, em inscrições assírias a monarquia de *Yiśrā’ēl* é designada, em escrita acadiana, como *Bīt Ĥumriya*, “Casa de ‘Omrī”.

No caso das indagações suscitadas, a inscrição cuneiforme garante a veracidade da identificação: **não sendo** ela nem “falsa” nem um dado indiciário, mas uma evidência, o escrito vale como prova. Com relação aos relevos, a historiadora da arte antiga Joan Aruz (2013) pode contribuir ao refletir sobre a participação da arte no processo de transformação social, catalogando mais de duas dúzias de artefatos para documentar a interação cultural através de selos e imagens na Mesopotâmia, no Levante, Egeu e Egito, envolvendo as rotas das mais importantes cidades-Estado. Sobre isto, a pesquisa de Peter Pfälzner (2013) aprofunda as bases da evolução cultural desde a Idade do Bronze Médio, apresentando um acervo de “pinturas feitas na Síria por ou sob a supervisão de artistas egeus” e de cenas iconográficas da tradição siro-mesopotâmica no Levante (PFÄLZNER, 2013, p. 200-201). As fontes citadas por Pfälzner estão no âmbito da transferência tecnológica envolvendo relevos azuis egípcios usados da Grécia ao Egito, relevos em preto e branco de *Qaṭnā* (atual *Tell Mišrifeh*), na *Sūriyā*, e em demais sítios do Oriente-Próximo.

A transferência de tecnologia que introduziu a técnica de afresco para o Oriente-Próximo só seria possível através do contato direto, como teria sido extremamente difícil, se não impossível, para se comunicar e explicar a metodologia indiretamente, na forma escrita ou codificada (PFÄLZNER, 2013, p. 204 [tradução do autor]).⁸

⁸ “The transfer of technology that introduced the fresco technique to the Near East could only have been possible through direct contact, as it would have been extremely difficult, if not impossible, to communicate and explain methodology indirectly, in written or coded form” (PFÄLZNER, 2013, p. 204).

Na Idade do Ferro essas conexões materiais são atestadas nas terras citadas já com cenas de características neoassírias (PFÄLZNER, 2013, p. 209). Igualmente cabe destacar que a perspectiva geográfica presente tanto no obelisco quanto nas estratégias palaciais não caracteriza a ideia de regionalização, elaboração que só será pensada cerca de três séculos depois por Πυθαγόρας (Pitágoras de Samos, c. 580-500) e posteriormente desenvolvida com mapa cartográfico por Ἑκαταίος (Hecateu de Mileto, 550-475). Sem dúvida, até então a perspectiva é a de um mapa mental, em que a percepção varia segundo o observador ou escriba, suas características político-econômicas e seus tratos. De outra maneira, podemos dizer que “o lugar transcende sua realidade objetiva e é interpretado como um conjunto de significados. Nesse sentido, os monumentos, as obras de arte, assim como cidades são lugares porque são um conjunto de significados” (LENCIONI, 2009, p. 154).

Desse ponto de análise, observamos que *Yēhû* é mencionado no obelisco como havendo submetido ao rei assírio *Šulmānu-ašaridu*, em cuja inscrição cuneiforme é nomeado *Ya-ú-a mar Ḫu-um-ri-i*, “*Yēhû* filho de ‘*Omri*” (MAZAR, 2007, p. 162; DONNER, 1997, p. 324-325; LEMCHE, 1998, p. 52-53; YOUNGER, JR., 2000). Por sua imprecisão genealógica, a inscrição monumental demonstra que os assírios não tomaram conhecimento da mudança de dinastia ocorrida à época em *Yiśrā’ēl*, o que demonstra ainda a ausência de informação acerca desse pequeno reino da terra de *Kēna’an* (bab.: *Kinaḥnu*; hurrita: *Kinaḥḫu*). Na reprodução de K. Lawson Younger, Jr. (2000, p. 269-270) lê-se:

Epígrafe 1. Eu recebi o tributo de *Sūa*, de *Gilzānu*: prata, ouro, estanho, embarcações de bronze, os estafes da mão do rei, cavalos, duas parselhas de camelos [I received the tribute of *Sūa*, the *Gilzānean*: silver, gold, tin, bronze vessels, the staffs of the king’s hand, horses, (and) two-humped camels].

Epígrafe 2. Eu recebi o tributo de *Ya-ú-a Bīt Ḫu-um-ri-i*: prata, ouro, uma taça de ouro, um cálice de ouro, copos de ouro, baldes de ouro, estanho, um estafe da mão do rei, javelins(?) [I received the tribute of *Jehu (Ja-ú-a)* (the man) of *Bīt Ḫumrī*: silver, gold, a golden bowl, a golden goblet, golden cups, golden buckets, tin, a staff of the king’s hand, (and) javelins(?)].

Epígrafe 3. Eu recebi o tributo do Egito: duas parselhas de camelos, um boi do rio, um rinoceronte, um antílope, elefantes fêmeas, fêmeas de macacos, macacos [I received the tribute of Egypt: two-humped camels, a water buffalo (lit. “river ox”), a *rhinoceros*, an antelope, female elephants, female monkeys, (and) apes].

No relevo pode-se ver *Yēhû* realizando a *proskynesis*, ritual de adoração ou submissão ante o rei assírio: com o corpo totalmente flexo, com as mãos tocando o chão na proximidade dos pés do rei assírio em sinal de profunda humilhação, o rei israelita adora, tendo consigo o

estafe palacial com os dons a serem oferecidos ao rei assírio. *Šulmānu-ašaridu* tem uma concha em sua mão levantada; conteria na concha uma libação ao deus 'Aššûr – representado por uma águia e junto à deusa *Ištar* (ou Inanna, deusa acadiana) –, cujos emblemas estão sobre *Yěhû*. Não podemos manter invisível a postura do rei assírio diante de *Yěhû*. Em sessão palacial, *Šulmānu-ašaridu* não está acomodado em seu trono real – iconografia exemplar não apenas para o Egito antigo (hurrita: *Ma-a-áš-ri-a-a-ni-* [*Māžriâ-ni-*]) –, como a receber súditos ou um “pequeno rei” vulgar. Está de pé, ou melhor, encontra-se com *Yěhû* também com seu estafe em uma clara demonstração de deferência real.

Ao contrário de 'Aḥ'āb, *Yěhû* não participou de coalizões antiassírias. Adotando certa prudência diplomática, apressou, no seu primeiro ano de reinado, em tornar-se um rei aliado (vassalo!). Na estratégia política adotada para essa época de prosperidade estão a ausência de atividade militar externa, a substituição do pacto com os fenícios de Šûr – que expandiam-se na costa mediterrânea – pela submissão com os aramitas de *Dimašqa* ou *Du-ma-aš-qa* (Damasco; sumério: URU.di(m)-maš-qi/a/u; KUR.šá-ANŠE.NÍTA-šú; acádio: *Ša-emārišu* ou *Ša-imērišu*) e a retomada das construções em *Šomērôn* (Samaria; árabe: *as-Sāmīrah*); estratégia que garantiu-lhe a fundação de nova dinastia.⁹

Em adição, a monarquia de *Yiśrā'ēl* protagonizou ações políticas desde o início do século 9º a.C., quando o rei 'Omrî construiu a nova capital, a estratégica *Šomērôn*. Com o declínio dos aramitas do norte do Levante, *Yiśrā'ēl* chamou a atenção do império neoassírio, ocupado com programas expansionistas, programas, aliás, de ambos os reinos em diferentes proporções. Até o seu colapso em 614/612, após seguidas guerras envolvendo os medos e babilônios, 'Aššûr “sob o grande Ashurbanipal dominou todo o Oriente Próximo, incluindo o Egito a oeste e Elam ao leste, igualmente subjugando os nômades circundantes – os árabes do deserto e os medos dos altiplanos – e exigindo seus dons e mercenários” (LIVERANI, 2009b, p. 374 [tradução do autor]).¹⁰

Mesmo que nas relações regionais mantidas pelos assírios *Yiśrā'ēl* seja incluído como um “Estado-cliente” e mantenha liberdade governamental através do pagamento de tributos como um reino vassalo (KILLEBREW, 2014, p. 737), pois a motivação das relações é precisamente econômica,

⁹ Comandante de guarnição real, *Yěhû* ao fazer a si mesmo rei (liderou um golpe de Estado) traz consigo um programa político, uma estratégia que, diante do avanço aramita no vale do Jordão e do militarizado colonialismo assírio, tem por empenho manter o estado econômico do período omrida.

¹⁰ “Under the great Ashurbanipal it dominated the entire Near East, including Egypt to the west and Elam to the east, even subduing the surrounding nomads – the Arabs of the desert and the Medes of the highlands – and demanding of them gifts and mercenaries” (LIVERANI, 2009b, p. 374).

a política que o coloca no cenário internacional acaba por reconhecer a sua importância, algo que só vai acontecer com *Yéhûdâh* mais de um século depois, no reinado de *Yehizqiyâhû* (716-687). Enfim, *Yísrá'el* voltará a experimentar alguma revitalização econômica e territorial no século 8º a.C., por pouco tempo.

Referências bibliográficas

ABRAHAMI, P. “La guerre”. In: BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. (Dir.). *Les débuts de l’Histoire: civilisations et cultures du Proche-Orient ancien. Nouvelle édition revue et augmentée*. Paris: Éditions Khéops, 2014, p. 220-226.

ALBERTZ, R. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Vol. 1: De los comienzos hasta el final de la monarquía. Madrid: Editorial Trotta, 1999, p. 291-294.

ARUZ, J. “Seals and the imagery of interaction”. In: ARUZ, J.; GRAFF, S. B.; RAKIC, Y. (Ed.). *Cultures in contact: from Mesopotamia to the Mediterranean in the second millennium B.C.* New York; New Haven, Conn.: Metropolitan Museum of Art; Yale University Press, 2013, p. 216-225.

BABIĆ, S. “Status identity and archaeology”. In: DÍAZ-ANDREU, M.; LUCY, S.; BABIĆ, S.; EDWARDS, D. N. *The archaeology of identity: approaches to gender, age, status, ethnicity and religion*. London; New York: Routledge, 2005, p. 67-85.

DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Vol. 2: Da época da divisão do reino até Alexandre Magno. Tradução de Claudio Molz e Hans A. Trein. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 1997.

ELLIGER, K.; RUDOLPH, W. (Ed.). *Biblia Hebraica Stuttgartensia*. 5. aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

FINKELSTEIN, I. “The two kingdoms: Israel and Judah”. In: FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The quest for the historical Israel: debating archaeology and the history of early Israel*. Leiden: E.J. Brill, 2007, p. 147-157.

KILLEBREW, A. E. “Israel during the Iron Age II period”. In: STEINER, M. L.; KILLEBREW, A. E. (Ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000-332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 730-742.

LEMICHE, N. P. *The israelites in history and tradition*. Louisville, KY: Westminster John Knox Press, 1998.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LION, B.; MICHEL, C. *Escritas cuneiformes: história, usos e deciframento*. Tradução de Marcelo Rede. São Paulo: Targumim, 2011.

LIVERANI, M. *Antico Oriente: storia, società, economia*. Biblioteca Storica Laterza. 8. ed. Roma; Bari: Editori Laterza, 2009a.

_____. “The fall of the Assyrian empire: ancient and modern interpretations”. In: ALCOCK, S. E.; D’ALTROY, T. N.; MORRISON, K. D.; SINOPOLI, C. M. *Empires*:

perspectives from archaeology and history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009b, p. 374-391.

MAZAR, A. *Arqueologia na terra da Bíblia: 10000-586 a.C.* Tradução de Ricardo Gouveia. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. "The divided monarchy: comments on some archaeological issues". In: FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The quest for the historical Israel: debating archaeology and the history of early Israel*. Leiden: E.J. Brill, 2007, p. 159-179.

MICHEL, C. "Vision du monde". In: BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. (Dir.). *Les débuts de l'Histoire: civilisations et cultures du Proche-Orient ancien. Nouvelle édition revue et augmentée*. Paris: Éditions Khéops, 2014, p. 242-245.

PFÄLZNER, P. "The Qatna wall paintings and the formation of aegeo-syrian art". In: ARUZ, J.; GRAFF, S. B.; RAKIC, Y. (Ed.). *Cultures in contact: from Mesopotamia to the Mediterranean in the second millennium B.C.* New York; New Haven, Conn.: Metropolitan Museum of Art; Yale University Press, 2013, p. 200-213.

POZZER, K. M. P. "Medir o tempo, um saber mesopotâmico". In: *NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade* (UERJ), ano VI, n. 1, p. 13-24, 2013.

ROBERTSON, J. F. "Social tensions in the ancient Near East". In: SNELL, D. C. (Ed.). *A companion to the ancient Near East*. Malden, Mass.: Wiley-Blackwell, 2007, p. 212-226.

ROCHE-HAWLEY, C. "Les différentes catégories d'hommes libres". In: BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. (Dir.). *Les débuts de l'Histoire: civilisations et cultures du Proche-Orient ancien. Nouvelle édition revue et augmentée*. Paris: Éditions Khéops, 2014, p. 317-323.

SANTOS, J. B. R. "Elementos de direito político-econômico e as estruturas de poder no antigo Israel". In: *Caminhando*, vol. 14, n. 2, p. 155-170 (2009). Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CA/article/view/1119/1143> >. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. "Pertinências entre os anais egípcios e a biografia antiga: ensaio historiográfico sobre escrita e ideologia nas inscrições cuneiformes e hieroglíficas de eventos oficiais e memoriais do Egito antigo". In: *Em Tempo de Histórias* (UnB), vol. 23, p. 7-21 (2013). Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/9965/7289> >. Acesso em: 12 jul. 2014.

SCHNEIDER, T. J. "Mesopotamia (Assyrians and Babylonians) and the Levant". In: STEINER, M. L.; KILLEBREW, A. E. (Ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000-332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 98-106.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "O conceito de sociedade em antropologia". In: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, p. 295-316 (2013).

YOUNGER, JR., K. L. et al. "Neo-assyrian inscriptions". In: HALLO, W. W.; YOUNGER, JR., K. L. (Ed.). *The context of Scripture*. Vol. 2: Monumental inscriptions from the biblical world. Leiden: E.J. Brill, 2000, p. 261-306.

ZIFFER, I. Portraits of ancient israelite kings? *Biblical Archaeology Review*, Washington, D.C., vol. 39, n. 5, September/October, p. 41-51 (2013).

Proposição para a pesquisa

GATES, Marie-Henriette. "Archaeology and the ancient Near East: methods and limits". In: SNELL, D. C. (Ed.). *A companion to the ancient Near East*. Malden, Mass.: Wiley-Blackwell p. 65-78 (2007).

HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, E. "O sentido do passado". In: _____. *Sobre história: ensaios*. 2. ed. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Schwarcz p. 22-35 (2008).

LE GOFF, J. *História e memória*. 6. ed. Tradução de Irene Ferreira et al. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2012.

MORRISON, K. D. "Sources, approaches, definitions". In: ALCOCK, S. E.; D'ALTROY, T. N.; MORRISON, K. D.; SINOPOLI, C. M. *Empires: perspectives from archaeology and history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-9 (2009).